

Inclusão e sustentabilidade: a diversidade na escola

Inclusion and sustainability: diversity at school

André Luiz Montanheiro Rocha¹, Rosemyriam Cunha²

1 <https://orcid.org/0009-0009-7008-4733>, Universidade Estadual do Paraná,
prof15andremontanheiro@gmail.com, **2** <https://orcid.org/0000-0001-6505-2176>, Universidade
Estadual do Paraná

RESUMO

A educação inclusiva, um tema presente no cenário educacional há mais de trinta anos, tem se expandido para incluir o conceito de sustentabilidade. A pesquisa descreve uma revisão bibliográfica para articular a sustentabilidade humana como uma dimensão da educação inclusiva. O estudo se baseia na visão de que a diversidade e a inclusão enriquecem o ambiente de convivência das pessoas. Ele tem como objetivo entender como a sustentabilidade pode acolher a diversidade nas escolas. Para isso, foi realizada uma pesquisa qualitativa, exploratória e de campo, revisando teses, dissertações, livros e artigos publicados entre 2018 e 2024. Do total de 43 trabalhos publicados no banco de periódicos da CAPES para os descritores (Educação AND sustentabilidade) e 347 arquivos para os descritores (Inclusão AND sustentabilidade), apenas sete se aproximaram das temáticas, os quais foram lidos e analisados pelo método de leitura e análise crítica. Os resultados da pesquisa indicam que a educação inclusiva se fundamenta na sustentabilidade humana e escolar, valorizando a dignidade, o acolhimento e os valores sociais.

Palavras-chave. Políticas Inclusivas; Inclusão escolar; Práticas pedagógicas; Sustentabilidade.

ABSTRACT

Inclusive education, a topic present in the educational landscape for over thirty years, has expanded to include the concept of sustainability. This research describes a literature review to articulate human sustainability as a dimension of inclusive education. The study is based on the view that diversity and inclusion enrich people's living environments. It aims to understand how sustainability can embrace diversity in schools. To this end, qualitative, exploratory, and field research was conducted, reviewing theses, dissertations, books, and articles published between 2018 and 2024. Of the 43 papers published in the CAPES journal database for the descriptors (Education AND Sustainability) and 347 files for the descriptors (Inclusion AND Sustainability), only seven addressed the themes, which were read and analyzed using critical reading and analysis. The research results indicate that inclusive education is based on human and school sustainability, valuing dignity, acceptance, and social values.

Keywords. Inclusive Policies; School Inclusion; Pedagogical Practices; Sustainability.

1. INTRODUÇÃO

As leis e seus dispositivos legais são necessários para manter a ordem e a convivência harmônica na sociedade de forma mais justa e equitativa. De acordo com Mendes (2010), a educação para todos no Brasil tem sido marcada por uma longa caminhada de lutas e movimentos sociais, gerando conquistas e desafios que

marcam a atualidade. A autora ainda destaca que, nas últimas décadas do século XX, o desenvolvimento de políticas e legislações foi influenciado diretamente pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO) e movimentos sociais em defesa dos direitos das pessoas com deficiência. Entre esses eventos, destacam-se a Declaração de Jomtien (1990) e a Declaração de Salamanca (1994). No Brasil, esse movimento foi impulsionado pela Constituição de 1988, por documentos internacionais, por leis e políticas que promoveram a perspectiva da Educação Inclusiva, com destaque para a Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146 de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Tais instrumentos normativos visam formar um amplo arcabouço legal para garantir o acesso à educação de todos, o direito à aprendizagem de qualidade, combatendo a segregação e o capacitismo. Este panorama legal demonstra que a Educação Inclusiva é um direito fundamental estabelecido por um robusto conjunto de leis nacionais e internacionais. A seguir será aprofundado a discussão sobre como a efetivação desses direitos se traduz no contexto da Inclusão Escolar e quais são os seus pilares.

Quando se fala em Inclusão Escolar (Mendes, 2023), remete-se ao direito à educação para todos. Isso implica na organização da escola para responder à diversidade dos alunos. A inclusão escolar depende de dispositivos legais, políticas públicas (financiamento), transformações na organização escolar, práticas, metodologias e didáticas. As escolas e os profissionais também precisam ser capazes de acolher a diversidade de forma que todos os envolvidos sejam beneficiados. Silva (2021) complementa que a Educação Inclusiva prima pela horizontalidade das interações e defesa dos direitos humanos, está centrada na democratização do acesso de todos os alunos e nas adaptações de recursos materiais e humanos. Seu objetivo é a permanência e o desenvolvimento das capacidades das pessoas, contemplando as diferentes expressões das habilidades práticas, competências, valores e conhecimentos. A Inclusão Escolar exige mais do que legislação; demanda uma reestruturação profunda do ambiente escolar. Contudo, para que essa inclusão seja duradoura, é necessário articulá-la com um conceito mais amplo de preservação e bem-estar. A seguir explora o desafio de conectar a Educação Inclusiva ao conceito de sustentabilidade.

A necessidade de entender a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva como um aspecto que pudesse ser articulado com a sustentabilidade se mostrou como um desafio a ser enfrentado. A sustentabilidade, de acordo com Reis (2016), se constitui em uma expressão ampla e aplicável a todas as atividades humanas, que remete à capacidade da natureza em suprir as necessidades da geração atual, garantindo-as às futuras gerações. A sustentabilidade considera a dimensão do consumo dos recursos naturais, além de aspectos das relações sociais, econômicas e culturais. Os autores Lopes e Tenório (2011) reafirmam esse conceito ao indicarem que a educação se incorpora quase que naturalmente ao conceito de sustentabilidade. Numa sociedade inclusiva, para haver sustentabilidade para as novas gerações, o argumento desses autores colabora com a necessidade de práticas pedagógicas voltadas à Educação Inclusiva, visando o aprendizado de todos. Os novos desafios que surgem nos horizontes da dinâmica social contemporânea competem à educação. A intersecção entre educação e sustentabilidade abre caminho para uma visão que ultrapassa a dimensão ambiental. O próximo passo é refinar esse conceito, incorporando a dimensão humana e social por meio da Ecologia Humana.

Acrescenta-se à sustentabilidade o conceito da Ecologia Humana. Para Pina *et al.* (2023), esta emerge como uma ciência que estuda as relações individuais e coletivas do ser humano com seu entorno, transcendendo a biologia para integrar variáveis sociais, culturais, econômicas e psicológicas na compreensão do comportamento humano e no desenvolvimento do sentido de pertencimento. Para os autores, essa perspectiva, que busca um equilíbrio saudável entre o indivíduo, a sociedade e o meio ambiente, conecta-se diretamente à Educação Inclusiva ao enfatizar a justiça social, o respeito à dignidade humana e o cuidado com o outro e as diferenças. Ao promover a autonomia e a segurança das pessoas com deficiência em diferentes espaços e condições, e ao focar nas inter-relações e na equiparação de oportunidades para todos, a Ecologia Humana se torna um alicerce para uma cultura inclusiva, trabalhando a diversidade em sua totalidade e contribuindo para que cada indivíduo seja acolhido e participante ativo da sociedade. O conceito de Ecologia Humana fornece o enquadramento teórico ideal para unir inclusão e sustentabilidade em uma dimensão social. Com

base nesta fundamentação, a seguir estabelece a questão central da pesquisa e descreve a estrutura do artigo.

As leis, diretrizes e práticas pedagógicas da Educação Inclusiva ressoam perspectivas para a sustentabilidade escolar do século XXI? Para atender a este questionamento, esta pesquisa se propôs a articular fundamentos da Educação Especial com princípios da Educação Inclusiva para a construção de um entendimento da sustentabilidade como uma dimensão da Educação Inclusiva.

Esse artigo foi organizado em cinco seções. Na primeira, a Introdução, encontra-se a contextualização da temática de pesquisa, a problematização, os objetivos e as principais bases teóricas que conduziram o estudo. Nessa sessão engloba-se a fundamentação teórica, contemplando conceitos e pilares da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva e a sustentabilidade pelos aspectos da ecologia humana. Na terceira seção, concentram-se a metodologia, os procedimentos e a análise dos dados. Na quarta seção, estão dispostos os resultados e discussões da pesquisa a partir dos dados analisados. A última seção apresenta as considerações finais do trabalho. Esta estrutura norteou a investigação. A partir daqui o trabalho se aprofunda na apresentação do método científico empregado para responder ao questionamento central.

2. MÉTODO

Este trabalho foi fundamentado na dissertação defendida em 2025 por André Luiz Montanheiro Rocha, intitulada “Educação inclusiva e sustentabilidade: a diversidade na escola”, no âmbito do Mestrado Profissional em Educação Inclusiva (PROFEI) na Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), na linha de pesquisa: Práticas e Processos Formativos de Educadores para Educação Inclusiva. Apresentado o estudo que serve de base, a abordagem metodológica adotada para a investigação, definindo sua natureza e objetivo geral.

Esta pesquisa se configura de natureza qualitativa e exploratória (Creswell, 2010), e teve por objetivo geral reconhecer a sustentabilidade como dimensão da educação inclusiva que acolhe a diversidade nas escolas.

A pesquisa qualitativa, de acordo com Creswell (2010), permite ao pesquisador obter um conhecimento profundo de um fenômeno ao conhecer detalhes dos fatos por meio da interação com as pessoas que os vivenciam. Ela

ocorre em um cenário natural, de forma que o pesquisador vá ao próprio ambiente onde estão as pessoas do estudo, buscando estabelecer interações com o público-alvo da pesquisa, em harmonia e com credibilidade. Utiliza-se de um protocolo de coleta que contempla múltiplas fontes de dados, sendo sua análise indutiva, com padrões e categorias próprias, o que possibilita fazer interpretações do significado dos dados a partir do envolvimento com opiniões e experiências reais dos participantes.

A abordagem exploratória mostrou-se adequada para o tema aqui desenvolvido, pela característica de estudar temas ou problemas sobre os quais há pouca ou nenhuma literatura. Em geral, a pesquisa exploratória instiga a criação de novos projetos que visem documentar e fundamentar estudos mais específicos e concentrados (Creswell, 2010). A escolha pelas abordagens qualitativa e exploratória justifica-se pela necessidade de aprofundamento e de pioneirismo na articulação dos temas. A seguir foi detalhado os procedimentos específicos adotados para a coleta dos dados.

Buscou-se, além do arcabouço legal que norteia o sistema de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, produções publicadas na íntegra e de livre acesso no período de cinco anos (2018-2024), no banco de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Utilizou-se dos descritores: políticas inclusivas, inclusão (DeCS, 2024) combinados à palavra-chave: sustentabilidade, com o auxílio do booleano AND. No total, foram analisados sete artigos que se aproximaram da temática de acordo com os critérios de inclusão: apresentar as palavras sustentabilidade, educação inclusiva, inclusão escolar ou inclusão no título, palavras-chave ou resumos. Os critérios de exclusão foram: textos repetidos, resumos de anais e textos em que a sustentabilidade não abarcasse o sentido atribuído ao termo nesta pesquisa. Definidos os procedimentos de busca e seleção, é fundamental detalhar a forma como o material encontrado foi abordado para extrair o conhecimento. A seguir descreve as técnicas de análise crítica empregadas.

Para chegar ao objetivo proposto, foram utilizadas as técnicas da leitura e análise crítica, que têm por princípio, segundo Ripoll *et al.* (2020) e Bellani (2020), examinar o que se lê, procurando limitações, omissões, inconsistências e argumentos, visando refletir sobre o real significado no contexto dos seus estudos.

Considerou-se ao analisar os textos as seguintes perguntas: 1) Quais os caminhos percorridos para o desenvolvimento do assunto tratado?; 2) Qual o contexto abordado no trabalho?; 3) Quais os argumentos do(a) autor(a)?; 4) Quais as ressonâncias e dissonâncias entre as opiniões dos(as) autores(as) sobre as temáticas desta pesquisa? Com a metodologia e as questões norteadoras estabelecidas, o próximo passo deste estudo é apresentar e discutir os resultados obtidos a partir da análise crítica dos documentos selecionados.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

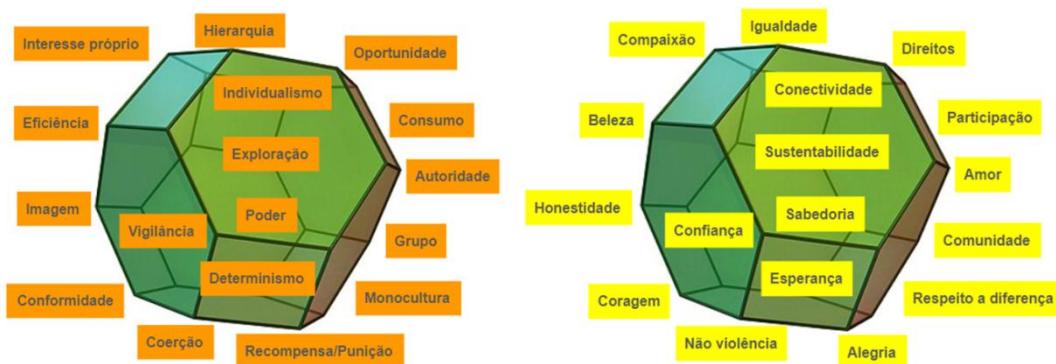
No banco de periódicos da CAPES, o sistema primeiramente apontou 43 produtos utilizando os descritores (Educação inclusiva AND sustentabilidade). Após refinar com os recortes de datas e critérios de inclusão e exclusão, restaram doze, e, após a análise do resumo, foram selecionados sete trabalhos. Para os descritores (Inclusão AND sustentabilidade), foram encontrados 347 arquivos. Utilizando os mesmos critérios de refinamento, totalizaram onze, e, ao final, restaram apenas sete que foram lidos e analisados pelo método de leitura e análise crítica. O rigor na seleção resultou em um conjunto restrito de artigos, sendo a maioria deles tangencial à articulação central da pesquisa. A seguir detalhou os principais achados dos trabalhos que abordaram a relação entre a sustentabilidade e o contexto escolar.

Dos artigos selecionados, três deles se aproximaram da temática, abordando questões voltadas ao contexto escolar. Hoernig A. e Hoernig J. (2021) trataram de ações efetivas na promoção da sustentabilidade econômica, social e ambiental através da gestão educacional. Para os autores, a escola tem um papel fundamental de formar cidadãos globais capazes de enxergar a humanidade no outro e, consequentemente, de não destruir os recursos do planeta de uma forma desenfreada e apoiada em teorias anticientíficas. A preocupação com o meio ambiente precisa ser entendida enquanto recurso de bem público (Hoernig, 2021). Costin (2020) revelou as habilidades necessárias a serem desenvolvidas nos estudantes para uma cidadania global compatível com o século XXI. Para o autor, a nova revolução social, impulsionada pela automação, robotização e Inteligência Artificial, apresenta um cenário de incertezas, podendo tanto solucionar problemas e estender a vida, quanto desequilibrar ecossistemas e atenuar a essência humana,

o que demanda que a educação se concentre em habilidades e competências que diferenciam o ser humano das máquinas. Diante disso, Costin (2020) destaca que não basta os alunos desenvolverem competências básicas, como letramento, raciocínio matemático e científico, e oferecer um repertório cultural relevante. Para ele, o futuro da educação deve focar na resolução criativa e colaborativa de problemas, personalização do ensino, flexibilização curricular, desenvolvimento de competências do século XXI, incluindo as socioemocionais, experimentação, autonomia e protagonismo, fortalecimento do pensamento crítico e agilidade cultural, além da criação de um ecossistema educacional integrado. Nesse contexto, a educação deve formar para uma cidadania global, promovendo empatia e comunicação não agressiva, e incutir um sentido de responsabilidade pelo planeta e pela adoção de hábitos sustentáveis, com destaque para a inclusão e a sustentabilidade como eixos centrais para o século XXI.

Booth (2018) aponta em seu artigo que nossas práticas educativas exigem rever a compreensão da conexão entre mente e corpo, nós mesmos e o mundo natural. Para o autor, como educadores que interagem com crianças e jovens, temos uma visão mais otimista do futuro, enfrentamos as realidades mais duras em nossa localidade a fim de desenvolver cidadãos mais conscientes sobre si mesmos e seus impactos sobre os outros seres vivos. Nossas vidas precisam ser regidas por valores inclusivos, pois constantemente somos confrontados por valores excludentes construídos pela sociedade. Booth (2018) ainda destacou os conceitos tanto de inclusão quanto de exclusão e discutiu como um comprometimento profundo com os valores sociais pode transformar nossos pensamentos e práticas em se tratando de questões da sociedade e da educação. Estes valores, tanto de inclusão quanto de exclusão, retratados pelo autor, podem ser visualizados na Figura 1.

Os trabalhos de Hoernig, Costin e Booth demonstram a relevância da sustentabilidade social e ética no ambiente escolar. Os outros quatro artigos (Festozo *et al.* 2018; Barroco *et al.* 2023; Silva *et al.* 2020; Bomfim *et al.*, 2023) de certa forma se distanciaram um pouco do conceito de sustentabilidade, pois abordam apenas aspectos teóricos ou relacionados a leis e normas, como PNE 2014-2024 e Agenda 2030, não refletindo diretamente na sustentabilidade dentro da escola.

Figura 1 - Valores da Inclusão e Exclusão utilizados por Booth (2018)

Fonte: Rocha, A. L.M. (2025). Adaptado de Booth (2018)

Referente à Figura 1 sobre os valores inclusivos, Booth (2018) destaca que os valores foram criados após diálogos com pessoas de diferentes países, revelando que, à medida que seus significados e implicações forem compreendidos, poderão se conectar com motivações profundas necessárias para construir um modo de vida em uma escola. Para cada valor inclusivo apresentado, em contraste, existe o seu correspondente valor exclusivo. Os valores inclusivos remetem à sustentabilidade escolar, já os valores exclusivos possibilitam o surgimento das discriminações.

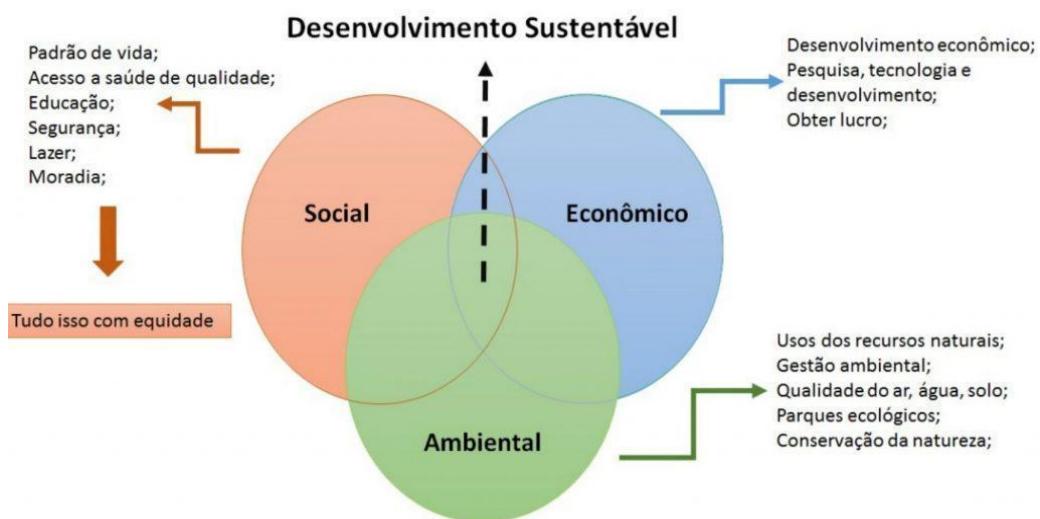
As discriminações, pelos mais diversos fatores para Booth (2018), funcionam como forças excludentes, podendo se tornar grave ou amplamente manifesta em uma sociedade. Em uma educação centrada nos princípios da sustentabilidade e educação inclusiva, visando prevenir toda e qualquer atitude de exclusão, ao se reduzir extremismos, abrem-se espaços para estratégias amplas de ensino e aprendizagem voltadas ao encorajamento e desenvolvimento de competências de comunicação e resolução de conflitos.

Em relação à fundamentação da Educação Inclusiva, Dos Santos (2022) destaca os seis pilares fundamentais para uma escola ser inclusiva, sendo eles de igual importância: 1) acesso à escola comum; 2) acolhimento à diversidade sem discriminação; 3) formação da equipe pedagógica na perspectiva inclusiva; 4) recursos e serviços de acessibilidade; 5) participação da comunidade na construção de uma escola inclusiva; 6) diálogo com a família na comunicação

permanente. A discussão sobre valores e pilares estabelece que a sustentabilidade, na dimensão social e ética, é intrínseca à qualidade da educação inclusiva. A seguir conectará esses aspectos, analisando o conceito de desenvolvimento sustentável em suas múltiplas dimensões.

O conceito de sustentabilidade, nas suas diversas dimensões, depara-se com reflexões como as de Damian *et al.* (2023), que relataram a dificuldade de mensurar o desenvolvimento sustentável, por se tratar de um conceito em constante mudança. Para esses autores, o critério mais utilizado é fundamentado por Elkington (2001) e consiste na medição do desenvolvimento através de três vertentes sempre em interação: 1) econômico, 2) ambiental e 3) social.

Na Figura 2, é possível visualizar o esquema mais aceito para o desenvolvimento sustentável. Damian *et al.* (2023) comentam que Sanchs (2002) ampliou a dimensão acrescentando cinco indicadores: 1) ética, 2) política, 3) jurídica, 4) cultural e 5) territorial. Os autores mencionados consideraram os aspectos trabalhados por Elkington, mais as dimensões cultural, política e tecnológica. Nesse sentido, não existe um consenso em delimitar ou ampliar as dimensões de sustentabilidade.

Figura 2 - Esquema mais aceito para o termo desenvolvimento sustentável

Fonte: Felix (2018)

Ao analisar a Figura 2, percebe-se que a educação está incluída no aspecto biosocial da sustentabilidade, ao lado do padrão de vida, acesso à saúde, segurança, lazer e moradia. Esses parâmetros são garantidos pela Constituição de 1988 como direitos sociais. É possível, ainda, destacar o caráter de equidade dado ao pilar social da sustentabilidade, sinalizando a justiça e a inclusão por meio da acessibilidade ou adaptações. Esses princípios embasam as práticas e abordagens pedagógicas inclusivas, como o Desenho Universal da Aprendizagem (DUA), o ensino colaborativo e as metodologias ativas.

O conceito de sustentabilidade, apresentado na Figura 2, pode ser adaptado para o contexto educacional fundamentado em uma dimensão tríade: 1) Social - considera as relações humanas no convívio com a diversidade escolar e as condições de vida, saúde, violência, lazer; 2) Ambiental - reconhece os impactos no ambiente causados pelas atividades humanas e suas relações com o meio ambiente na escola. A escola passa a ser entendida como um ambiente em que os seres humanos ali presentes se tornam recursos naturais que demandam por respeito e vivência da melhor forma possível; 3) Econômica - abrange os custos necessários ao ensino e à distribuição justa dos bens e serviços para uma educação equitativa e de qualidade. Dessa forma, foi construída a visão de que a produção e o crescimento na educação estão relacionados a valores convertidos na verdadeira riqueza da humanidade. A adaptação do conceito de sustentabilidade para a

realidade educacional, com a tríade social, ambiental e econômica, permite um enquadramento prático para a Educação inclusiva. A seguir será explorado como a sustentabilidade é formalmente tratada em documentos oficiais, como a BNCC, e sua relação com a Agenda 2030.

O termo sustentabilidade está presente na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como um dos documentos normativos da educação nacional que define um conjunto de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo da educação básica. Silva e Loureiro (2019) fazem uma análise crítica sobre esse documento em relação aos termos sustentabilidade e sustentável serem apresentados como palavras-chave, e não sendo explicados ao longo do texto. Esses termos aparecem apenas dez vezes, sendo citados nos componentes curriculares de artes, ciências, matemática e história. Para os autores, o termo sustentabilidade na BNCC é desconectado da educação ambiental e apresentado com uma interface com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) preconizados na Agenda 2030, não apresentando ligações históricas/sociais/econômicas/culturais que materializam os problemas ambientais.

A temática sustentabilidade não é objeto de preocupação somente no contexto escolar, mas uma inquietação mundial na tentativa de lidar com as questões que assolam o planeta. No levantamento bibliográfico realizado, percebeu-se que vários trabalhos abordaram a discussão da sustentabilidade na perspectiva do documento intitulado Agenda 2030 da ONU (2023a).

De acordo com Barroco *et al.* (2023), Costin (2020) e Hoernig *et al.* (2021), a Agenda 2030 coloca a educação no papel de protagonista na forte defesa para o desenvolvimento sustentável. Os autores ainda mencionaram que essa agenda nasceu na Assembleia Geral da ONU com a aprovação, em setembro de 2015, dos ODS. Esses objetivos constituem-se em uma agenda mundial composta de 17 objetivos em diversos segmentos, totalizando 169 Metas a serem atingidas até 2030. As ações mundiais dos ODS abrangem diversas áreas, como: erradicação da pobreza, segurança alimentar, agricultura, saúde, educação, igualdade de gênero, redução das desigualdades, energia, água e saneamento, padrões sustentáveis de produção e de consumo, mudança do clima, cidades sustentáveis, proteção e uso

sustentável dos oceanos e dos ecossistemas terrestres, crescimento econômico inclusivo, infraestrutura, industrialização, entre outros.

Dentre o conjunto de ODS acima disponibilizado, a análise desta pesquisa se limita à Meta 4, que remete à educação inclusiva, equitativa e de qualidade, visando promover oportunidades de aprendizado ao longo da vida para todas as pessoas. A Meta 4 está subdividida em submetas a serem asseguradas até 2030, como detalhado no Quadro 1 abaixo. A proposta da Agenda 2030 para essa meta e submetas, segundo Barroco *et al.* (2023), Costin (2020) e Hoernig *et al.* (2021), não é apenas considerar a frequência dos alunos com deficiência nas aulas, mas garantir que todos concluam seus estudos.

Quadro 1 – Metas e submetas até 2030 para o ODS 4: Educação de Qualidade

METAS	Descrição
4.1	Garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes.
4.2	Garantir que todos as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário.
4.3	Assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade.
4.4	Aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.
4.5	Eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade.
4.6	Garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática.
4.7	Garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.
4.7 a	Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças sensíveis às deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos.

- 4.7 b Ampliar globalmente o número de bolsas de estudo para os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, pequenos estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, técnicos, de engenharia e programas científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento.

Fonte: Adaptado de ONU (2023b).

Em relação ao Quadro 1, referente às metas e submetas até 2030 para o ODS 4: Educação de qualidade, Barroco *et al.* (2023), Costin (2020) e Hoernig *et al.* (2021) destacam a submeta 4.1, sobre os resultados de aprendizagem serem relevantes e eficazes. Para os autores, a submeta 4.7 estabelece, por meio da educação, a garantia a todos os alunos do conhecimento e das habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável.

Costin (2020) acrescenta a contribuição de estilos de vida sustentável, promoção dos direitos humanos, igualdade de gênero, promoção da cultura da paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.

Para Barroco *et al.* (2023), a educação inclusiva, visando contemplar o ODS 4, preconiza ambientes de aprendizagem saudáveis, acolhedores, seguros, e livres de violência. Para que isso ocorra, as políticas devem ser voltadas a diminuir as desigualdades sociais. Os autores acima citados destacaram a necessidade de mobilizar recursos ao financiamento adequado da educação, garantindo seu monitoramento, acompanhamento e revisão de todas as Metas do ODS. Consideraram, ainda, dentro das Submetas do ODS 4, a necessidade de mudança de currículo, contemplando conteúdos relacionados à criticidade, cidadania, democracia, mundo do trabalho e aprendendo a aprender.

Não menos importante é a necessidade de revisar as políticas de formação e capacitação de professores, contemplando melhores formações e o consequente desempenho de professores. Sem dúvida, ao se considerar que os ODS possuem uma abrangência de 15 anos (2015-2030), eles constituem grandes demandas a serem alcançadas até 2030. Para Hoernig *et al.* (2021), a Agenda 2030 foi ambiciosa em seus objetivos e metas, convocando todos os setores da sociedade a assumir a sua parte nesse compromisso com responsabilidade. O alinhamento da Educação Inclusiva com a Agenda 2030, especialmente com o ODS 4, reforça a

sustentabilidade humana e social como eixo central para a qualidade educacional. Esta etapa da pesquisa conclui a discussão e a análise dos dados, a seguir finalizase com as considerações finais do trabalho.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema escolhido para esta pesquisa destacou a interação entre a educação inclusiva, a sustentabilidade e a diversidade existente nas escolas. A sustentabilidade ainda é um desafio a ser enfrentado e, no ambiente escolar, ela demanda uma ressignificação de seu sentido. A sustentabilidade associa-se à pessoa humana e à complexidade do existir e agir no cotidiano da escola. Logo, ela se apresenta como uma das dimensões da vida escolar quando está se fundamenta na educação inclusiva.

O propósito foi construir um entendimento da sustentabilidade como uma dimensão da educação inclusiva. Para isso, utilizou-se a estratégia da leitura e análise crítica, pois foram abordados os caminhos percorridos para o desenvolvimento do assunto tratado, o contexto abordado no trabalho, os argumentos dos autores e as ressonâncias e dissonâncias entre as opiniões sobre as temáticas desta pesquisa.

A inclusão deve ser tratada como um investimento que extrapola os muros da escola, sendo capaz de promover uma sociedade mais plural e democrática. As instituições inclusivas constituem-se muito mais do que um local para aprendizagem de disciplinas curriculares tradicionais. Elas são importantes para todos os estudantes, pois perfazem um espaço de socialização e interação mútua, valorizando a diversidade que favorece o desenvolvimento cognitivo e socioemocional na formação de cidadãos mais autônomos.

A sustentabilidade e o meio ambiente têm um lugar sólido no âmbito educacional quando desenvolvidos com base em questões específicas do público-alvo, representando um real ganho para a população local, gerando sentido no cotidiano dos envolvidos, como combate a doenças, riscos ambientais e a melhoria da qualidade de vida.

O futuro do planeta depende de ações do nosso cotidiano que envolvem a gestão dos recursos ambientais, a convivência com a diversidade humana e a

valorização das iniciativas de solidariedade e apoio às diferenças das pessoas. Temos, então, que a Educação Inclusiva se torna educação do presente e do futuro.

Os resultados da pesquisa indicam que a educação inclusiva se fundamenta na sustentabilidade humana e escolar, valorizando a dignidade, o acolhimento e os valores sociais. Em se tratando de um estudo exploratório na busca por entender como a sustentabilidade pode acolher a diversidade nas escolas, abre-se um caminho para a realização de pesquisas futuras, visto que, até o momento, os trabalhos publicados tendem a abordar a educação inclusiva e a sustentabilidade de forma separada.

Este estudo exploratório conclui que a sustentabilidade, quando ressignificada como dimensão humana e ética, é o alicerce fundamental para a educação inclusiva, promovendo dignidade e acolhimento. A principal lacuna identificada na literatura aponta para a necessidade de novos trabalhos que abordem a articulação desses temas de forma integrada, sugerindo um campo fértil para pesquisas futuras.

5. REFERÊNCIAS

BARROCO, S. M. S.; MATOS, N. S. D.; FERREIRA, G. M. Recomendações dos organismos internacionais para a América Latina: inclusão escolar, sustentabilidade e desigualdade estrutural. **Roteiro**, v. 48, p. e27403, 8 maio 2023. DOI: 10.18593/r.v48.27403. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/27403>. Acesso em: 10 jun. 2024.

BELLANI, B. O que é leitura crítica e como praticá-lo. **IDP Hotcourses**. Brasil em 19 de nov. de 2020. Disponível em: <https://www.hotcourses.com.br/study-abroad-info/once-you-arrive/o-que-e-leitura-critica/>. Acesso em: 29 ago. 2023.

BOOTH, A. J. Como devemos viver juntos? escolhendo a luta por valores inclusivos. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 13, n. esp2, p. 1388–1406, 1 set. 2018. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/11650>. Acesso em: 03 jul. 2024.

BOMFIM NOBRE, S.; SCHILLING DA SILVA, F.; SOUZA DA SILVA, P. M.; ZUCCHETTI, D. T. A ecopedagogia como difusora de práticas educativas em torno das questões de gênero e diversidade cultural. **Revista Conhecimento Online**, Novo Hamburgo, RS, v. 2, p. 78-94, 17 ago. 2023. DOI: 10.25112/rco.v2.3403 Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistaconhecimentoonline/article/view/3403>. Acesso em: 26 abr. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Geral. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**, Brasília/DF, DOU, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 13 jun. 2023.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial [MEC. SEESP]. **Políticas Nacionais de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2023.

_____. **Constituição Federal 1988**. Brasília: Senado, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicacompile.htm. Acesso em 14 jun. 2023.

COSTIN, C. Educar para um futuro mais sustentável e inclusivo. **Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo**, v.34 n.100, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/VLC3SCvmSvBbKK3F3YWN5qz/>. Acesso: 17 jun. 2024.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. 296 p. ISBN 978-85-363-2300-8. Disponível em: <https://www.unirio.br/cultura/ppgcp/processo-seletivo/mestrado-edital-n-01-2023/bibliografia/creswell-john-w-projeto-de-pesquisa-metodos-qualitativo-quantitativo-e-misto-porto-alegre-armed-2010-capitulo-8/view>. Acesso em: 23 mar. 2025.

DAMIAN, J.; ZANON, J.; WAMMS, M.; MELLO, P. V. Desenvolvimento sustentável um conceito em constante mutação. In: SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 3., Unijuí. **Anais [...] v. 3, n. 1**, 6 jun. 2023. ISSN -e 2764 295X Disponível em: <https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/slaedr/article/view/22974/21534>. Acesso em: 18 jul. 2024.

DECS. **Descritores em Ciências da Saúde**: DeCS. ed 2023. rev. e ampl. São Paulo: BIREME / OPAS / OMS, 2024. Disponível em: <http://decs.bvsalud.org>. Acesso em: 08 abr. 2024.

DOS SANTOS, M. C. D. Seis pilares da educação inclusiva. Revista de Estudos Aplicados em Educação, v. 7, n. 13, 2022. DOI: 10.13037/rea-e.vol7n13.8561. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_estudos_aplicados/article/view/8561. Acesso em: 7 de jan. de 2025.

ELKINGTON, J. **Canibais com Garfo e Faca**. São Paulo: Makron Books, 2001. ISBN-10: 857680123X. ISBN-13: 978-8576801238.

FELIX, V. Sustentabilidade ambiental: fases do desenvolvimento. **Instituto Ethos**, 4 de outubro de 2018. Disponível em:
<https://institutoeidos.com.br/sustentabilidade-ambiental-fases-do-desenvolvimento/>. Acesso em: 18 jul. 2024.

FESTOZO, M. B.; QUEIXAS, R. C.; NASCIMENTO JUNIOR, A. F.; TOZONI-REIS, M. F. C. Relações históricas entre a educação ambiental e a participação social. **Revista Tempos e espaços em educação**, Sergipe, v.11, n.24, p. 253-266, 19 jan. 2018. DOI: .20952/revtee.v11i24.6677 Disponível em:
<https://periodicos.ufs.br/revtee/article/view/6677/pdf>. Acesso em: 26 abr. 2024.

HOERNIG, A. M.; HOERNIG JUNIOR, B. A. A sustentabilidade ambiental efetivada através da gestão educacional. **Revista Angolana de Ciências**, v. 3, n. 2, p. 451-465, 11 nov. 2021. Disponível em:
<https://www.redalyc.org/journal/7041/704173376010/704173376010.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2024.

LOPES, U. M.; TENÓRIO, R. M. **Educação como fundamento da sustentabilidade**. Salvador, Edufba, 2011. 170p. Disponível em:
<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/5373/1/Educacao%20como%20fundamento%20da%20sustentabilidade.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2024.

MENDES, E. G. **Perspectivas e desafios para a política de educação especial no brasil**. (p. 60-65). In: CAPELLINI, V. L. M. F. (org.). Cartas para o novo governo sobre educação especial na perspectiva inclusiva. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2023 a. 92 p. Disponível em:
<https://drive.google.com/file/d/1HWMnHvMeih0pWGPXryBBU3KO2WmlcML/view>. Acesso em: 04 set. 2023.

MENDES, E. G. Breve histórico da educação especial no Brasil. **Revista Educación y Pedagogía**, Medellín, Colombia. vol. 22, núm. 57, p. 93-109, mai./ago. 2010. Disponível em:
<https://revistas.udea.edu.co/index.php/revistaeyp/article/download/9842/9041/>. Acesso em: 12 jun. 2022.

ONU. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. As Nações Unidas no Brasil, 2023a. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 30 set. 2024.

ONU. **Objetivo 4 de Desenvolvimento Sustentável**: Educação de qualidade. As Nações Unidas no Brasil, 2023b. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/4>. Acesso em: 02 out. 2024.

PINA, M. F. B.; DE AZEVEDO, S. L. M.; DE ALMEIDA, M. S. P. Ecologia humana: uma relação com ensino-aprendizagem dos estudantes com deficiência. **Observatorio de la economía latinoamericana**, v. 21, n. 11, p. 19313-19333, 2023. DOI: 10.55905/oelv21n11-039. Disponível em:
<https://ojs.observatoriolatinoamericano.com/ojs/index.php/olel/article/view/1773>. Acesso em: 9 fev. 2025.

REIS, A. A. Educação ambiental e educação inclusiva: possíveis conexões.

Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/4823>. Acesso em: 10 ago. 2023.

RIPOLL, L.; MATOS, J. C.; OLIVEIRA, W. F. Leitura crítica na contemporaneidade: abordagens multidisciplinares. Florianópolis. Biblioteca Universitária Publicações, 2020. Disponível em:
<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/218566>. Acesso em: 29 ago. 2023.

ROCHA, André Luiz Montanheiro. Educação inclusiva e sustentabilidade: a diversidade na escola. 108f. Dissertação (Mestrado em Educação Inclusiva) - Universidade Estadual do Paraná, Curitiba, PR, 2025.

SACHS, I. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SILVIA, M. P.; SIMÃO, V. L.; ALVES, A. G; SANTOS, B. S. Design universal como possibilidade de inserção de tecnologias educacionais inclusivas. **Humanidades e inovação**, v.8, n.43, p. 270-283, 2021. Disponível em:
<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/5522>. Acesso em: 14 jul. 2023.

SILVA, J. F. L.; SILVA, L. G.; SILVA, R. S.; PARENTES, M. D. S. Um olhar sobre a educação inclusiva no PNE 2014-2024: desafios e perspectivas. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades - Rev. Pemo**, v.2, n.1, p.1-14, 01 jan. 2020. DOI: 10.47149/pemo.v2i1.3514. Disponível em:
<https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/3514>. Acesso em: 26 abr. 2024.

SILVA, Silvana do Nascimento Silva; LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. O sequestro da Educação Ambiental na BNCC (Educação Infantil - Ensino Fundamental): os temas Sustentabilidade/Sustentável a partir da Agenda 2030. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS – ENPEC, 12., 2019, Natal. **Anais [...]**. Natal: ABRAPEC, 2019. Disponível em:
<https://abrapec.com/enpec/xii-enpec/anais/resumos/1/R0724-1.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2025.

UNESCO. Declaração De Salamanca, de 10 de junho de 1994. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. 10 jun. 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2023.

UNESCO. Declaração Mundial sobre Educação para Todos de 09 de março de 1990. Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. [S. l.], 09 mar. 1990. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>. Acesso em: 10 jun. 2023.

SOBRE OS AUTORES

Autor 1. Mestre em Educação Inclusiva pelo Programa de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva da Rede Nacional - PROFEI \ UNESPAR, Professor de Ciências e Especialista em Altas Habilidades e Superdotação.

Autor 2. Doutora em Educação pela UFPR e Professora de Pós graduação no Programa de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva da Rede Nacional - PROFEI \ UNESPAR - Curitiba II, Curitiba, Paraná, Brasil.

PARA CITAR ESTE ARTIGO:

ROCHA, A. L. M. .; CUNHA, R. . Inclusão e sustentabilidade: a diversidade na escola. **Revista Educação, Pesquisa e Inclusão**, [S. l.], v. 6, n. 1, 2025. DOI: 10.18227/2675-3294repiv6i1.8827.

Submetido em: 30/09/2025

Revisões requeridas em: 15/10/2025

Aprovado em: 30/10/2025